



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

Rua Sorbone, 375, ., Centreville - CEP 13560-760, Fone: (16) 3368-3260, São Carlos-SP - E-mail: saocarlosjec@tjsp.jus.br

TERMO DE AUDIÊNCIA DE TENTATIVA DE CONCILIAÇÃO

Processo nº: **0008459-15.2018.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Cumprimento de Sentença - Rescisão do contrato e devolução do dinheiro**
 Exequente: **Luciana Semensato- desacompanhado(a) de advogado.**
 Executado: **Primo Rossi Administradora de Consórcios Ltda. - Representado(a) pelo preposto(a) Sr(a). Daniela Cristina de Campos de Brito, RG:25.558.695-4 - com seu Advogado (a) Dr(a). Aline Corrêa da Silva – OAB 405184/SP.**

Aos 21 de setembro de 2018, às 16:20h, na sala de audiências da Vara do Juizado Especial Cível, do Foro de São Carlos, Comarca de São Carlos, Estado de São Paulo, sob a presidência do(a) **Conciliador(a) o juízo**, comigo escrevente ao final nomeado, foi aberta a audiência de tentativa de conciliação, nos autos da ação entre as partes em epígrafe. Apregoadas, constatou-se o comparecimento das partes, bem como de seu(s) advogado(s) e representantes, acima identificados.

Proposta a conciliação esta foi aceita pelas partes nos seguintes termos. O autor requer a desistência com relação a corré **Agraben Administradora de Consórcios Ltda.** O(a) requerido(a) **Primo Rossi Administradora de Consórcios Ltda.** Pagará a requerente, por conta de todo o débito, o valor de **R\$ 10.300,00**, em uma única parcela, em 10 dias úteis. O pagamento será efetuado através de depósito judicial. O não pagamento implicará em multa de 10% sobre a dívida. *As partes pedem a desistência do prazo recursal, o que é homologado pelo MM Juiz.*

Pelo MM. Juiz Dr. **Silvio Moura Sales** foi dito: *"Vistos. **HOMOLOGO a desistência requerida e JULGO EXTINTO o feito**, com relação a corré **Agraben Administradora de Consórcios Ltda**, nos termos do art. 485, inc. VIII, do Código de Processo Civil. Oportunamente, anote-se o necessário e providencie-se a baixa definitiva da parte. Homologo, ainda, para que tenha eficácia de título judicial, o acordo a que chegaram as partes. Há resolução do mérito nos termos do art. 487, III "b" do C.P.C. EFETUADO O DEPÓSITO, EXPEÇA-SE MANDADO DE LEVANTAMENTO EM FAVOR DO EXEQUENTE, façam-se as anotações de estilo, providenciando-se a baixa definitiva e arquivamento dos autos digitais, presumindo-se cumprida a obrigação (Seção V, item 14.2.1 do Prov. 806/03). Publicada nesta audiência, **REGISTRE-SE**". Saem os presentes intimados e cientes de que este termo será visualizado nos autos virtuais somente com a assinatura digital do MM Juiz, porquanto o impresso e assinado pelas partes, não será digitalizado para os autos, eis que ficará arquivado cartório, pelo prazo máximo de até 2 (dois) anos **NADA MAIS**. Eu, **KAMILA STEFANY GUIMARÃES**, Estagiário Nível Superior, digitei.*

MM Juiz:

Requerente(s):

Requerido(s):(Preposto):

Adv. Requeridos(s):

Conciliador: O juízo

DOCUMENTO TAMBÉM ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA